

FORTE JESUS-MARIA-JOSÉ: FONTES HISTORIOGRÁFICAS

LUIZ HENRIQUE TORRES*

RESUMO

O artigo resgata fontes histórico-historiográficas ligadas à edificação, localização e importância estratégica do Forte Jesus-Maria-José, a primeira fortificação lusitana no atual Rio Grande do Sul.

PALAVRAS-CHAVE: Forte Jesus-Maria-José; Rio Grande; História Colonial.

1 – INTRODUÇÃO

A construção do forte Jesus-Maria-José tem antecedentes e motivações históricas ligadas ao conflito luso-espanhol pela conquista do Rio da Prata. A ocupação e fortificação sistemática da margem sul da barra do Rio Grande de São Pedro foi um projeto do Conselho Ultramarino Português, que já havia sido proposto por militares e paisanos desde o final do século XVII. O apoio logístico à Colônia do Sacramento foi o fator determinante desta implementação conduzida pelo Brigadeiro José da Silva Paes.

Em 1704, o sargento-mor do exército português Francisco Ribeiro, que serviu na Colônia do Sacramento, redigiu uma petição ao Rei de Portugal, onde afirmou que "para se conservarem e segurarem estas terras (atual Rio Grande do Sul até a Colônia do Sacramento) é necessário fazer as Povoações apontadas com os seus Presídios (termo que significava fortaleza ou forte), fazendo juntamente fácil a comunicação com o Brasil por todas as partes, e, principiando pela Costa, se deve fazer uma povoação no Rio Grande, 52 léguas da Laguna, povoação nossa que fica em 29 graus; é preciso para esta povoação o presidio de 200 infantes em duas Companhias e 50 cavalos em uma tropa, com uma fortificação ordinária e pouca artilharia, por não haver navegação mais que para lanchas pelo dito Rio Grande".¹

Este foi apenas um dos cenários idealizados por lusitanos na

* Professor do Dep. de Biblioteconomia e História – FURG.

¹ RIBEIRO, 1981, p. 66.

barra do Rio Grande. Coube, ao coronel Cristóvão Pereira de Abreu, os preparativos para a chegada da expedição de José da Silva Paes. Abreu foi enviado à barra do Rio Grande para organizar os preparativos para receber a expedição do Brigadeiro José da Silva Paes. Em fins de janeiro de 1737, ele remeteu uma correspondência ao Gen. Gomes Freire de Andrade, informando as condições para a chegada da frota: "...tomei por melhor acordo retirar-me outra vez ao passo deste Rio e fortificar-me no porto da parte do Sul, com trincheira e 4 peças cavalgadas por segurar o posto que é o único para passar animais e por a cavalhada e gado da parte do Norte, deixando só ficar o que baste para a carga desta sumaca a que hoje se dá princípio para se continuar com a brevidade que for possível e tão bem alguns cavalos para a guarda que sempre conservo e para mandar colher mais gado, depois de despachada a sumaca. (...) Também fico na diligência de mandar fundar a Barra e o canal do meio que ainda se não viu, e fazer um mapa dela e do Rio até o passo donde me estou fortificando, que mandarei a V. Exa. brevemente".²

2 – A EXPEDIÇÃO DE JOSÉ DA SILVA PAES

O dia 19 de fevereiro de 1737 assinala a data de chegada da expedição do Brigadeiro José da Silva à margem sul do canal do Rio Grande de São Pedro, num ato de oficialização da presença portuguesa frente às possíveis pretensões espanholas em ocupar esta região. Era aqui esperado pelo coronel Cristóvão Pereira de Abreu, que iniciara a construção de uma fortificação que foi o reduto inicial da futura cidade do Rio Grande. Para o historiador Guilhermino César, a expedição comandada pelo Brigadeiro José da Silva Paes "é o lance decisivo de um longo processo de ocupação do Extremo-Sul brasileiro. Atravessar o oceano, franquear a barra, fundar uma fortaleza, repelir os índios e os castelhanos, explorar o território entre as Lagoas e o mar – essa trabalhosa empresa foi executada numa fase em que a sorte das armas parecia repelir os portugueses do Prata. Apoiado na infra-estrutura militar preparada por Cristóvão Pereira, Silva Paes lança, no areal da barra do Rio Grande, os fundamentos da futura colonização portuguesa. Na costa arenosa e hostil, a tenacidade dos homens vence a inconstância e agressividade dos elementos. Desta forma, a modesta fortaleza de Jesus-Maria-José, centro principal da ocupação, deu alento à poderosa comunidade...".³

² ABREU, 1981, p. 96.

³ CESAR, 1981, p. 99.

O primeiro registro historiográfico deste momento épico da ocupação lusitana na atual cidade do Rio Grande foi elaborado em meados do século XVIII, ainda no calor da conjuntura de enfrentamento luso-espanhol frente à Colônia do Sacramento. Esta rara e valiosa descrição foi feita pelo intelectual português Simão Pereira de Sá no livro *História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento*. Este relato refere-se aos primórdios dos movimentos de ocupação do canal, e que seria fundamental para a constituição da formação luso-brasileira no Rio Grande do Sul.⁴

Sá narrou que os preparativos para a ocupação e fundação do Rio Grande foram feitos pelo coronel Cristóvão Pereira de Abreu, e os seus "alentados paisanos se entrincheiraram no porto do Rio Grande de São Pedro, três léguas distantes da barra, mantendo para maior respeito da débil fortificação quatro peças de artilharia de pequeno calibre (...) Assentou (guardas) numa distância de duas léguas e outra de 60; aquela no lugar do Arroio, com um Tenente e dez soldados, e esta em São Miguel, com um Capitão e quarenta homens. Aprovadas todas as disposições de Cristóvão Pereira, como se das armas fosse antigo professor, mandou o Brigadeiro reforçar com mais gente os mesmos passos, pondo em outros que estabeleceu de novo avantajadas guardas, ordenando juntamente aos paisanos que com foices e outros instrumentos de cultivar a limpassem da erva e matos os terrenos assinalados para as delineadas fortificações, as quais todas postas nas margens de cristalino ribeiro, para comodidade dos homens, guarneceu uma com trinta infantes e outra com vinte, entrincheirando os cavalinhos de frisa, enquanto se não levantavam os parapeitos de faxina. Com esta precisa segurança entrou com maior atividade a fortificar o posto com o

⁴ "Averiguada finalmente a penosa e desconhecida barra, que pelos grandes parcéis de areias tem três diferentes entradas, uma ao sul e outras ao norte e sueste, deram fundo neste por mais capaz e segura, mandando o Brigadeiro [Silva Paes] que o ajudante Pedro de Matos saltasse na costa com a gente de sua embarcação e marchasse por terra, buscando na distância de três léguas o alojamento do Coronel (Cristóvão Pereira de Abreu). Com alguns oficiais embarcou no escaler da nau e passou o banco com notável risco, chegando perto da noite à estacada, onde foi recebido com a descarga de três peças de campanha e trinta e seis armas, que unicamente existiam com Cristóvão Pereira naquele sítio. Bastou o resto da noite para descansar e se informar das operações que havia feito o coronel na defesa do domínio; e sem admitir mais tréguas ao descanso, montou no dia seguinte a cavalo, examinou no circuito de três léguas os estreitos passos da Mangueira e do Arroio; achando entre os mares só 270 braças de terra para comunicação do amplíssimo território. Rompendo toda a comitiva os trabalhos e silvados caminhos para conhecimento do país, admiraram nele o simples encanto e toda a variedade de caças silvestre e volátil, que nunca perseguida e acossada dos destros e importunos caçadores, parece que amavam o racional pelo instinto, sem fugirem de outro gênero mais nobre que a sua espécie". SÁ, 1993, p. 160.

título de Jesus-Maria-José; fabricou uma fortaleza regular com fossos, pontes levadiças, e quartéis, para a gente paga de sua guarnição; neles se aquartelou toda a soldadesca sem detrimento nos cômodos. Levantou na Mangueira um reduto, e outros mais no sítio do Arroio e Taim, dando ao mesmo tempo princípio a importante fortificação do Estreito, meia légua distante do Porto, para residência das Tropas e governador do Presídio. Em todos estes fortes, montou suficiente artilharia com destacamentos competentes a defender e conservar o que já fazia temor aos índios e ciúmes aos castelhanos".⁵

Em 19 de fevereiro de 1737, a expedição de José da Silva Paes adentrou a barra do Rio Grande, sendo composta pela seguinte esquadra e efetivo: galeras Leão Dourado, com a invocação de Nossa Senhora de Nazaré, e Bonita, com a invocação de Nossa Senhora da Madre de Deus; balandra D'El Rei, com a invocação de Nossa senhora da Conceição; bergantim Bichacadela, com a invocação de Nossa Senhora da Piedade; corvetas São Francisco Xavier e Sant'Anna. Compunha a expedição o Comissário de Mostras Antônio de Noronha da Câmara, um tesoureiro da Real Fazenda, um ajudante, três capitães (João Batista, João Caetano de Barros e Manuel do Vale Pereira), três alferes, sete sargentos, noventa infantes do Rio de Janeiro e cinqüenta e seis da Bahia, cinqüenta e sete dragões, trinta e sete artilheiros e diversos praças, perfazendo ao todo duzentos e cinqüenta e quatro homens, além de cinco marinheiros, escravos e outras pessoas, além do comandante da expedição, sargento-mor de batalha José da Silva Paes.

A construção do forte Jesus-Maria-José, no ano de 1737, foi penosa, e as tropas passaram por grandes sacrifícios devido à falta de material de construção, de mantimentos, de roupas, do rigoroso inverno e da barra estar fechada à navegação durante grande parte do ano. Com a construção da fortificação no Estreito, as tropas vão se deslocar para aquela posição nas proximidades da atual Hidráulica, o que vai reduzir a importância militar da fortificação.⁶

Conforme Walter Piazza,⁷ Silva Paes, em carta de 12 de abril de 1737, transborda de ufania por haver tirado à barra do Rio Grande de São Pedro "a máscara que até aqui metia tanto medo". Vencida a barra, dedicou-se à construção do forte Jesus-Maria-José. Para a construção, houve dificuldades quanto ao material, "pois o terreno era arenoso e instável, não oferecendo, em toda a circunvizinhança, rocha que

⁵ SÁ, op. cit. p. 161.

⁶ Ver QUEIROZ, 1987.

⁷ PIAZZA, 1988, p. 112.

pudesse servir de material de construção".

Em documentos, Silva Paes explicou as motivações do nome da fortificação: "o painel de Jesus-Maria-José que tenho no meu oratório, cuja cópia trouxe sempre em minha companhia, e creio que pela intercessão de Jesus-Maria-José Deus me livrou dos grandes perigos a que me expus pelo serviço d'El Rey e pela grande fé que tinha na sua proteção".⁸ Sua convicção em manter a posição no sul do canal está expressa nesta passagem: "...estou tão firme em que o Rio Grande é tanto melhor para se conservar que Montevideú, e ainda a Colônia que se pusesse em questão e fosse preciso largar este ou aquele presidio, votara se devia largar aquele para conservar e adiantar este".⁹

Walter Piazza destacou o papel do Brigadeiro na edificação da fortificação primeira na manutenção dos objetivos lusitanos: "define-se, com toda a segurança, o papel desempenhado por Silva Paes na fundação do Rio Grande, não só na ereção do forte Jesus-Maria-José, mas, principalmente, no alargamento do domínio português em direção ao Rio da Prata, fazendo, ainda, valer o direito do *uti-possidetis*. No Rio Grande, tomando medidas defensivas contra os castelhanos, permaneceu Silva Paes no forte Jesus-Maria-José até 12 de dezembro de 1737, passando, então, o comando do presidio ao Coronel André Ribeiro Coutinho, e dirigiu-se, por terra, a Ilha de Santa Catarina, para então, embarcar para o Rio de Janeiro".¹⁰

3 – OS HISTORIADORES E O FORTE

Segundo a historiadora Maria Luiza Queiróz, o sistema de fortificação implantado por Silva Paes compreendia, além do Forte de São Miguel, o Forte de Jesus-Maria-José, no porto, que era um grande reduto de quatro baluartes, de estacaria e trincheira, e, no Estreito, ou seja, na parte mais apertada da península à meia légua do porto, uma fortificação que se estendia da Lagoa dos Patos até o Saco da Mangueira, numa "extensa linha com 44 peças de artilharia". Completava o sistema as guardas do Taim, Chuí, Albardão e Passo da Mangueira. A construção do Forte no Estreito, tinha por objetivo "afastar da povoação do Porto todo o ataque que os inimigos pretendessem fazer, para se expulsar deste Domínio, livrando aos moradores de todas as hostilidades de guerra..." (Regimento da Guarda do Porto, 1740). Segundo ela, a única mão-de-obra disponível no canal "eram os

⁸ ANTT, 1:16-182, 1939.

⁹ Carta de José da Silva Paes a Gomes Freire de Andrada, datada de 20 ago. 1737.

¹⁰ PIAZZA, op. cit., p. 116-117.

próprios soldados, os poucos paisanos que acompanhavam a expedição e alguns escravos de oficiais, e a execução do projeto de construção do complexo militar não podia ser retardada, porque, a partir de setembro, segundo o conhecimento que se tinha da região, os campos começavam a secar, e costumavam descer a eles os Tapes, de quem se receava alguma hostilidade. O período mais árduo de trabalho coincidiu, portanto, com o de maior rigor do inverno".¹¹

Com a conclusão, em janeiro de 1738, da fortificação no Estreito, para lá foi transferida a tropa e a administração da povoação. Para Queiróz, o Presídio de Jesus-Maria-José, que fora construído para segurar o primeiro passo de Silva Paes no terreno, passou a abrigar apenas uma Guarda do Forte, formada por um cabo e nove dragões para cuidarem da casa da pólvora, armazém e instrumentos e materiais da fábrica da igreja. A Igreja construída na fortificação deve ter sido um importante referencial para a população até a sua desativação, com a construção da Igreja de São Pedro em 1755.

Para Edgar Fontoura, "eram os fortes construções provisórias, de material precário, e, além disso, sujeitos à ação danosa das areias fluidas, constantemente movidas pelos ventos. O forte Jesus-Maria-José, que se destinava a cobrir o desembarque das provisões de guerra e boca que entrassem pela barra, ficaria, conforme a tradição oral, numa área que abrangeria parte da atual praça Sete de Setembro e da quadra contígua, fechada pelas ruas Andrade Neves, Paissandu, Francisco Marques e General Bacelar. Desse forte, elevava-se alteroso mastro, por meio do qual se estabelecia correspondência semafórica com a barra. Distava ele muito pouco da praia, que seria, então, à altura da atual rua Marechal Floriano, chamada primitivamente da Praia. A atual rua Riachuelo não existia, tendo sido ganha ao mar, por ocasião da demolição do forte, com aterro proveniente das areias das trincheiras, e que eram arrastadas em couros bovinos".¹²

Fontoura também acreditava que as primeiras edificações do presídio teriam sido levantadas "abaixo do forte de Jesus-Maria-José, a oeste, e nessa direção estender-se-iam beirando, mais ou menos a praia, até as imediações da matriz de S. Pedro, construída, em 1755, no extremo oposto da vila. A partir do forte para leste estendiam-se terrenos pantanosos, cujos últimos tratos, ainda muito alagadiços, chegaram até aos nossos dias, com a primitiva denominação de Macega, e só desapareceram de todo em 1912, com o aterro que se impôs para as obras do novo porto. A partir do forte, pela atual rua

¹¹ QUEIROZ, op. cit., p. 50-51.

¹² FONTOURA, 1985, p. 64.

Uruguaiana, antiga dos Combros (Cômoros), para o sul; e da matriz de S. Pedro, para oeste, erguiam-se altos cômoros de areia, cuja existência se prolongou até aos princípios do século passado, dificultando o desenvolvimento da vila".¹³

Segundo o mestre-de-campo André Ribeiro Coutinho, o Forte era formado por uma igreja de 92 palmos de comprimento, incluindo cruzeiro e capela-mor, e 40 palmos de largo; um corpo de guarda de 34 palmos; 4 quartéis pequenos para os soldados; um armazém para a courama de 105 palmos; uma ferraria; uma casa para o armeiro. Nesta Povoação do Porto, localizava-se as atividades comerciais, que sofreram um grande impulso com a economia charqueadora nas últimas décadas do século XVIII. Conforme Raphael Copstein, o forte Jesus-Maria-José teve uma função militar secundária, mas serviu como marco do poder à sombra do qual uma população laboriosa exerceu suas atividades, apesar da areia e das dificuldades apresentadas pela barra.¹⁴

Décio Vignolli das Neves afirmou que o forte Jesus-Maria-José ficava situado "na parte nordeste da península, na altura da atual Praça Sete de Setembro, onde fora aberto um enorme Poço, que passou a fornecer muita boa água potável, não só para os aquartelados do Forte, como, outrossim, para os moradores da periferia. No Porto, também chamado de Passo, era o lugar da travessia de tropas que demandavam à margem oposta do canal do Rio Grande (atual São José do Norte). No local, havia não pequeno capão de mato que nos livros de registros passaria a ser anotado por três nomes sucessivos: Capão do Norte, Capão dos Missionários, e, por último, Capão do Licenciado..."¹⁵

No terreno arenoso e na ausência de pedra para construção, recorreu-se a utilização da madeira retirada da Ilha dos Marinheiros e da lama coletada nas margens do canal, o que resultava num material com odor desagradável, perecível à ação das chuvas e exigindo uma manutenção sistemática. Para Carmem Helena Mirco¹⁶, o papel do forte foi defender o canal de acesso à povoação, a forma de um retângulo com baluartes aos cantos e, nas cortinas mais extensas, cabeças de ponte ao centro, sendo o portão aberto em um dos pequenos lados; em seu interior, continha paióis, armazéns e depósitos. Difícil foi sua construção, em 1762, temendo os ataques espanhóis, Gomes Freire de Andrade ordenou a sua reconstrução, o que acabou não sendo feito pelo governador Elói Madureira. Quando do ataque do Cel. José Custódio em

¹³ FONTOURA, op. cit., p. 65-66.

¹⁴ COPSTEIN, 1998.

¹⁵ NEVES, 1980, p. 65.

¹⁶ MIRCO, 1987.

1766, na tentativa portuguesa de reconquistar a Vila do Rio Grande perdida aos espanhóis, o forte atirou contra as forças que desembarcaram na Ponta da Macega, matando-lhes alguns granadeiros, e forçando o reembarque das forças portuguesas. Em abril de 1776, pela retomada da margem sul do Canal e da Vila de São Pedro, foi abandonado pelos espanhóis, quando esses deixaram a Vila. Ainda segundo Mirco, o Mal. Funck, a serviço dos portugueses, foi de opinião de que não valia a pena aproveitá-lo, visto sua ação restrita de só bater o canal de entrada da povoação. Ponderou que, em seu estado, seria necessário fazê-lo de novo, o que não oferecia vantagens.

Como não temos uma planta da época de construção, detalhando o modelo do Forte Jesus-Maria-José, Francisco Rio Pardense de Macedo fez uma analogia com fortificações lusitanas do período. "O perfil corresponde às condições naturais do terreno: a areia é acumulada em um perímetro aproximadamente retangular de quatro contrafortes dominantes e quatro menores intermediários que, com outra elevação interna, protetora dos edifícios e do terraplano, forma um fosso com a ponte levadiça. Do pátio geral de manobras, onde se encontram os edifícios, ao terraplano para posição de tiro, há quatro rampas de acesso, e as cacimbas para abastecimento d'água, devidamente protegidas, um acesso, em rampas. Os dois prédios maiores são destinados a quartéis; para os soldados e para o comando e administração. De um e outro lado da entrada, o corpo da guarda e o armazém de pólvora. À cantina e ao depósito de farinha e víveres, foi destinada uma construção, próxima do acesso às cacimbas".¹⁷

4 – DESCRIÇÕES NO SÉCULO XIX

Dois cronistas deixaram observações rápidas sobre a fortificação, indicando a sua decadência nas duas primeiras décadas do século XIX. O inglês John Luccock, em 1809 (*Notas sobre o Rio de Janeiro e parte meridionais do Brasil*), relatou: "Uma rua nova e curta, da banda leste da cidade, leva à única defesa da praça, a que por favor dão o nome de Fortaleza, obra essa mais própria a combater uma insurreição do que a repelir um inimigo. Consta de um monte artificial de areia, com os lados recobertos de céspedes e, por cima, uma plataforma circundada por um parapeito de terra, com ameias para seis canhões. Acha-se também ali um mastro semafórico, que assinala o aparecimento de navios ao largo da barra, bem como o número dos que podem ter entrado durante a

¹⁷ MACEDO, 1983, p. 59-60.

noite. Os canhões do Forte são peças de bronze para projetis de dezoito libras, de excelente fabricação e enfeitados com as armas de Espanha; são montados sobre carretas que se desmantelariam ao primeiro disparo e colocadas num círculo suficientemente distante do canal para não causar o mínimo aborrecimento a um inimigo que se aproxime. O paiol é uma mísera cabana de taipa, ao pé do morro, com umas poucas balas espalhadas ao redor, mas, se existisse pólvora, seria impossível conservá-la em ordem em tal situação".¹⁸

Quando da retomada da Vila pelos portugueses em abril de 1776, o forte foi abandonado pelos espanhóis sem combate. Nas cartas do general Bohn, este afirmou: "passeamos pela Vila e dela fizemos fugir os ladrões vindos da vizinhança para o saque. Chegaram desertores melhor armados que nós. Antes da retirada, (os espanhóis) haviam rolado na água os barris de pólvora e destruído as rodas dos reparos das peças do Forte da Vila com grandes golpes de machado, encravando as peças. Quando o Major José Manoel Carneiro chegou, atribuí-lhe a guarda do Forte da Vila"¹⁹. Possivelmente, os canhões observados pelo inglês John Luccock, em 1809, sejam estes abandonados pelos espanhóis.

Em 1820, Auguste de Saint-Hilaire fez as seguintes observações: "À entrada da cidade, um pequeno forte erguido há cerca de vinte e cinco anos, tão mal situado que parece destinado ao ataque da cidade. Junto desse forte, uma praça quadrangular, cercada de velhas casas, afastadas umas das outras, no centro da qual se acha um grande tanque de pedra que fornece muito boa água".²⁰ O comerciante Nicolau Dreys²¹ morou em Rio Grande entre 1825 e 1827, deixando uma possível referência ao forte em livro datado de 1839: "A cidade do Rio Grande está encostada ao Nordeste, ou, para melhor dizer, encosta-se a ele um torrão, que chamam Forte, sobre o qual se colocaram algumas peças de artilharia muito próprias para hostilizar o inimigo que se apresentasse da parte do mar, porém, desprovidas do mesmo grau de utilidade contra um ataque intentado do lado oposto". Dreys destacou a presença de água potável que se acha na Vila que é a água de cacimba: "chamam cacimba a um poço praticado nas areias, cujas paredes são amparadas por duas ou três pipas, sem fundos, superpostas umas às outras, pois a água aparece sempre a tão pouca profundidade que os aguadeiros costumam extrai-la por meio de um

¹⁸ LUCCOCK, 1974.

¹⁹ Ver Diário do Marechal Heinrich Bohn referente à campanha das Guerras do Sul. In: *Anais comemorativo da Restauração do Rio Grande*. Rio de Janeiro: IHGB, 1976.

²⁰ SAINT-HILAIRE, 1987.

²¹ DREYS, 1990.

coco embutido na ponta de um pau".

Portanto, a referência de Saint-Hilaire é sobre a cacimba registrada por Nicolau Dreys, que existia na atual Praça Sete de Setembro, e que, ainda no século XIX, era chamada de Praça do Poço. Situava-se na proximidade do Forte, e neste entorno nasceram as práticas de urbanidade e sociabilidade luso-brasileira na atual cidade do Rio Grande. Conforme planta de localização da fortificação (1825), a construção estava localizada entre as ruas República do Líbano, Andrade Neves, General Bacelar e Francisco Marques.²²

Em ruínas, a fortificação deve ter sido demolida em algum momento da década de 1820, pois no mapa urbano da Vila do Rio Grande de 1829 não está assinalada a sua existência, estando em destaque a praça do Poço, local da atual praça Sete de Setembro. Os vestígios de sua existência estão soterrados, com muitas histórias ainda para serem resgatadas e interpretadas. A pesquisa desenvolvida pela Arqueologia é que poderá esclarecer a localização exata do forte, e a documentação material escavada trará novos conhecimentos sobre os primórdios da presença lusitana no Extremo-Sul do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Cristóvão Pereira de. Preparativos para receber a expedição Silva Paes (1737). In: CESAR, Guilhermino. *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDURGS, 1981.

ANNT. Registro de Testamentos, Livro n. 275, fs. 86v e transcrito em *Boletim do Centro Rio Grandense de Estudos Históricos*. Rio Grande: BRG, 1939.

CESAR, Guilhermino. *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDURGS, 1981.

COPSTEIN, Raphael. Os presídios e o início da urbanização rio-grandina. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n. 133, 1998.

_____. Onde nasceu o Rio Grande. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 18-19, 22 dez. 1974.

DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Porto Alegre: Nova Dimensão/EDIPUCRS, 1990.

FONTOURA, Edgar. *Sinopse da história do Rio Grande*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1985.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP; 1974.

MACEDO, Francisco Riopardense. Arquitetura luso-brasileira. In: WEIMER, G. (org.). *A arquitetura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

MIRCO, Carmem Helena. *Textos para o estudo da história do Município do Rio Grande*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1987.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. *A vila do Rio Grande de São Pedro (1737-1822)*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1987.

²² COPSTEIN, 1974.

PIAZZA, Walter. *O brigadeiro José da Silva Paes: estruturador do Brasil Meridional*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Rio Grande: Ed. da FURG, 1988.

NEVES, Décio Vignoli das. *Vultos do Rio Grande*. Rio Grande, 1980. v. 1.

RIBEIRO, Francisco. A Colônia do Sacramento e o Rio Grande (1704) In: CESAR, Guilhermino. *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDURGS, 1981.

SÁ, Simão Pereira de. *História topográfica e bélica da nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata*. Porto Alegre: Arcano 17, 1993, p. 160.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: ERUS/Martins Livreiro, 1987.